CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dino retira sigilo de material da polícia de SP sobre investigação de produtora de Dark Horse

Relator aponta indícios de uma organização para captar, disseminar e ocultar recursos vindos de verbas públicas e ligação com o PCC

Fonte original: Terra. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Terra (terra.com.br)
Autor	Vanessa Ortiz
Data de publicação	13/09/2026 10:41
URL original	https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/dino-retira-sigilo-de-material-da-policia-de-sp-sobre-investigacao-de-produtora-de-dark-horse,1f2bb812a63b4f5df4362c78a1c0305c3rjis35j.html
Relevância	Média · Investigação e Justiça · Notícia
Pessoas citadas	Karina Gama, Mário Frias, Flávio Dino, Jair Bolsonaro
Organizações	Complexsys, Prefeitura de São Paulo, Academia Nacional de Cultura (ANC), Supremo Tribunal Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Banco Master
Data da coleta	29/09/2026 10:07
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 21:35
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• A empresa teria sido contratada por meio de chamamento público, e subcontratou outras para fazer o serviço, como a Complexsys Apoio Administrativo, Ultra IP Tecnologia e Serviços e Urban Connect Serviços e Tecnologia.

• Conforme o documento, da PF aponta que a Complexsys recebeu transferências diretamente realizadas por Frias e, paralelamente, efetuou devoluções financeiras ao próprio Instituto contratante.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Terra

RESUMO

Investigação sobre o Dark Horse Conforme o ministro Dino, há “fortes indícios” de que Mário Frias seja o “agente central” da organização criminosa, que teria sido estruturada para “captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas”. A investigação aponta que o parlamentar teria repassado para o Instituto Conhecer Brasil (ICB), cuja presidente é a produtora Karina Gama, R$ 2 milhões por meio de duas emendas.

Dino retira sigilo de material da polícia de SP sobre investigação de produtora de Dark Horse

Relator aponta indícios de uma organização para captar, disseminar e ocultar recursos vindos de verbas públicas e ligação com o PCC

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), levantou o sigilo de todo o material compartilhado pela Polícia Civil de São Paulo a respeito da investigação sobre a produtora do filme ‘Dark Horse’, que conta a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Na decisão deste domingo, 13, o ministro menciona despachos do presidente da Corte, Edson Fachin, e do colega André Mendonça, sobre casos vinculados à produção e também ao Banco Master.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

O caso envolvendo a Go Up Entertainment Ltda, é derivado de uma investigação feita pelas autoridades do Estado de São Paulo sobre um suposto esquema de desvio de dinheiro público de emendas parlamentares, contratos ligados à prefeitura da capital paulistana e pessoas ligadas ao deputado Mário Frias (PL-SP), como Karina Ferreira da Gama, sócia-administrativa da produtora.

Na quinta, 10, o parlamentar afirmou que ação de busca e apreensão em sua residência, vinculadas ao caso, são "cortina de fumaça". "A paz eu já tenho, a verdade o tempo traz. Hoje de manhã, a PF cumpriu um mandado de busca na minha residência. Levaram celular, documentos, computador. Ninguém foi preso, é claro, porque não existe mandado de prisão contra mim", disse.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

O despacho de Dino unifica as investigações dos supostos desvios à sua relatoria do caso, pois, segundo o ministro, há indícios de conexão entre os inquéritos. Para isso, ele destaca a suspeita de que uma única organização criminosa foi estruturada para captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas, levantando a hipótese de possíveis vínculos com o Primeiro Comando da Capital (PCC).

O relator ainda determina que os investigadores tenham acessos a relatórios financeiros que a polícia de São Paulo solicitou em maio à Justiça local, mas que o envio não foi autorizado. Um novo pedido foi realizado em 4 de setembro.

Ao mencionar as decisões de Fachin e Mendonça, Dino menciona ainda que os despachos são "viragem jurisprudencial", uma espécie de mudança de entendimento sobre um tema, a qual ele deve "se adaptar", "em homenagem ao princípio da colegialidade".

"Com isso, creio que estou a zelar pela igualdade de todos perante a lei, já que todos os mencionados nos mesmos autos ou em autos paralelos, mas em idênticas situações, devem receber o mesmo tratamento, desde a abertura das investigações", escreveu.

Investigação sobre o Dark Horse

Conforme o ministro Dino, há "fortes indícios" de que Mário Frias seja o "agente central" da organização criminosa, que teria sido estruturada para "captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas". A investigação aponta que o parlamentar teria repassado para o Instituto Conhecer Brasil (ICB), cuja presidente é a produtora Karina Gama, R$ 2 milhões por meio de duas emendas.

A ICB é responsável por um contrato de mais de cerca de R$ 108 milhões com a Prefeitura de São Paulo para a implantação e manutenção de pontos de wi-fi gratuito em comunidades periféricas. A empresa teria sido contratada por meio de chamamento público, e subcontratou outras para fazer o serviço, como a Complexsys Apoio Administrativo, Ultra IP Tecnologia e Serviços e Urban Connect Serviços e Tecnologia.

Conforme o documento, da PF aponta que a Complexsys recebeu transferências diretamente realizadas por Frias e, paralelamente, efetuou devoluções financeiras ao próprio Instituto contratante. Além disso, repassou valores expressivos à Academia Nacional de Cultura (ANC), organização sem fins lucrativos também presidida por Karina Gama.

"Essa circulação de recursos entre o parlamentar, a entidade executora, a empresa contratada e outra organização beneficiária não se compatibiliza com relações negociais independentes e economicamente justificadas. Ao contrário, evidencia um circuito financeiro fechado, característico de estruturas destinadas à circulação, fragmentação e reintrodução de valores entre integrantes de um mesmo núcleo de atuação", diz Dino.

Segundo o ministro, os elementos levantados pela investigação apontam para "inequívoca confusão patrimonial entre o ICB, as empresas contratadas e as pessoas físicas vinculadas ao núcleo investigado".

Fonte original: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/dino-retira-sigilo-de-material-da-policia-de-sp-sobre-investigacao-de-produtora-de-dark-horse,1f2bb812a63b4f5df4362c78a1c0305c3rjis35j.html · Coletado em 29/09/2026 10:07 · Gerado em 27/11/2026 23:54